



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA**

SAVYNA PETTRYLLE GOMES DE ARAÚJO

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SEUS DESAFIOS NO
CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NAS CIDADES DE MALTA E CONDADO
- PB**

**PATOS
2019**

SAVYNA PETTRYLLE GOMES DE ARAÚJO

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SEUS DESAFIOS NO
CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NAS CIDADES DE MALTA E CONDADO
- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Área de concentração: Educação Inclusiva.

Orientador (a): Prof. Dra. Carolina Coeli Rodrigues Batista de Araújo.

**PATOS
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663a Araujo, Savyna Pettrylle Gomes de.

O atendimento educacional especializado e seus desafios no contexto das escolas públicas nas cidades de Malta e Condado - PB [manuscrito] / Savyna Pettrylle Gomes de Araujo. - 2019.

21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Carolina Coeli Rodrigues Batista de Araújo, Coordenação do Curso de Matemática - CCEA."

1. Educação inclusiva . 2. Atendimento educacional especializado. 3. Salas multifuncionais . I. Título

21. ed. CDD 371.9

SAVYNA PETTRYELLE GOMES DE ARAÚJO

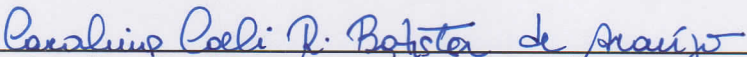
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SEUS DESAFIOS NO
CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DAS CIDADES DE MALTA E CONDADO-PB

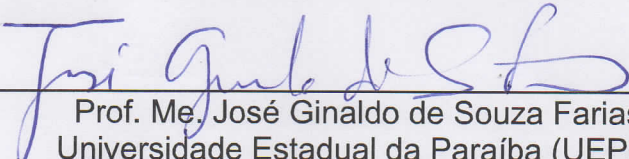
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Matemática do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Matemática.

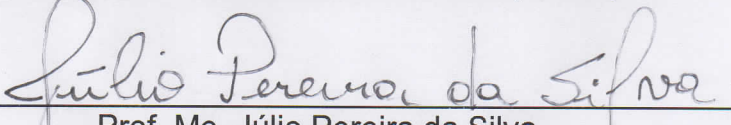
Área de concentração: Educação Matemática

Aprovado em 05/12/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Carolina Coeli Rodrigues Batista de Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. José Ginaldo de Souza Farias
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Júlio Pereira da Silva
Secretaria de Estado da Educação e Cultura – SEEC/RN

Aos meus pais Zuleide e Rafael que sempre foram exemplos de força e determinação para mim, aos meus irmãos Sávio e Samuel pelo companheirismo e aos meus amigos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	11
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
5 CONCLUSÃO	16
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICE A – PERGUNTAS REFERENTES A ENTREVISTA REALIZADA PARA COLETA DE DADOS DO PRESENTE ESTUDO	20

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SEUS DESAFIOS NO CONTEXTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NAS CIDADES DE MALTA E CONDADO - PB

Savyna Pettrylle Gomes de Araújo¹

RESUMO

Este estudo aborda diversas questões relacionadas ao processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência, objetivando analisar as formas que as escolas têm se organizado para receberem alunos com deficiência, buscando conhecer quais os desafios são encontrados para receber esse alunado de uma maneira que a instituição possa se adequar a qualquer que seja a necessidade especial do aluno. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica que aborda as opiniões de diversos autores como Sasaki (1997), Amaral (1995), Mendes (2006), entre outros, acerca do contexto histórico e das concepções referentes à educação inclusiva que serviu como base para a pesquisa de campo, na qual foram realizadas entrevistas com professoras de escolas diferentes – nas cidades de Condado e Malta, PB – a fim de verificar como está sendo ofertado o Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos multifuncionais das escolas públicas dessas cidades. A partir de tais informações foram observados alguns dos desafios enfrentados pelos professores das salas multifuncionais, como escassez de profissionais para atuarem com o atendimento especializado para com os educandos com deficiência, indiferença para com os alunos com necessidades especiais educacionais por parte de alguns professores das salas regulares e o distanciamento da família do processo educacional desses alunos.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Atendimento educacional especializado. Salas multifuncionais.

ABSTRACT

This study addresses several issues related to the process of educational inclusion of people with disabilities, aiming to analyze the ways that schools have been organized to receive students with disabilities, seeking to know what challenges are encountered to receive these students in a way that the institution can suit any special needs of the student. To this end, a bibliographic research was conducted that addresses the opinions of several authors about the historical context and the conceptions regarding inclusive education that served as the basis for the field research, in which interviews were conducted with teachers from different schools - in the cities of Condado and Malta, PB - to check how Specialized Educational Services are being offered in the multifunctional classrooms of public schools in these cities. Based on this information, some of the challenges faced by teachers in multifunctional classrooms were observed, such as the lack of professionals to work with specialized care for students with disabilities, indifference on the part of some regular classroom teachers and the distancing of the family from the process of these students.

¹ Graduada do curso de Licenciatura Plena em Matemática. E-mail: savynagomss@gmail.com

Keywords: Inclusive education. Specialized educational attendance. Multifunctional rooms.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido pauta para inúmeros debates quando se trata de ensino na contemporaneidade. Educadores e pais têm lutado para garantir os direitos de crianças e adolescentes com necessidades especiais educacionais a uma educação de qualidade e adequada às suas necessidades ajudando-os a vencer as dificuldades que são impostas por suas condições físicas, mentais ou intelectuais, também pelo preconceito e a desigualdade social.

Para Mazzotta (1982), a educação especial é uma modalidade de ensino que, através da diversificação de serviços educacionais, atende às individualidades e diferenças de cada um dos alunos, com o intuito de possibilitar oportunidades iguais para os educandos.

O processo de inclusão, segundo Silva (2011) faz mais sentido se for na perspectiva da educação inclusiva. Significa dizer que a escola, além de oferecer aos alunos um espaço comum, tem de ofertar-lhes, também, condições para que façam aprendizagens significativas. O se torna possível se a sociedade como um todo aceitar que a diferença não é um impedimento de aprendizagem e que todos aprendem uns com os outros.

A educação especial disponibiliza como recurso e auxílio para ensino de educandos com necessidades educacionais especiais o Atendimento Educacional Especializado - AEE. O mesmo tem como finalidade, ajudar os educandos a desenvolver habilidades e competências, de acordo com suas condições, que contribuam para o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem, sendo realizado dentro das salas de recursos multifuncionais que devem disponibilizar materiais e contam com profissionais qualificados para atender os educandos de forma adequada às suas necessidades.

O número de pessoas com necessidades educacionais especiais matriculadas em escolas de ensino regular é cada vez mais crescente, de acordo com o Censo Escolar 2018, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a porcentagem de matriculados em salas comuns passou de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018.

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma as escolas têm se organizado para a entrada de alunos com deficiência, buscando conhecer quais os desafios encontrados para receber esse alunado de uma maneira que a escola possa se adequar a qualquer que seja a deficiência do aluno tais como a deficiência intelectual, visual, auditiva ou física. Além de observar como tem-se dado o Atendimento Educacional Especializado, que deve ser ofertado nas salas multifuncionais, e se o mesmo está de acordo com os documentos oficiais que regem a educação especial. Como a Lei de Diretrizes Brasileira nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que garante e exige que as crianças a partir de 4 anos até os 17 anos, tenham uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino, além garantir o atendimento especializado educacional gratuito na rede de ensino regular para as pessoas com necessidades especiais educacionais, assim provendo a igualdade de acesso e permanência na escola.

A partir da obtenção dos dados no presente estudo serão observadas as questões referentes ao processo de inclusão no ambiente escolar e o funcionamento

das salas de recursos multifuncionais onde deve ser ofertado o Atendimento Educacional Especializado. Para nortear este trabalho foi construída a seguinte questão de pesquisa: se o atendimento educacional, nas salas multifuncionais, a educandos com diferentes necessidades especiais, realmente acontece de uma forma plena e eficaz para o seu desenvolvimento, pode-se dizer que isto se torna o suficiente para configurar uma escola inclusiva?

Para responder tal pergunta foram realizadas entrevistas com profissionais que atuam nas salas multifuncionais de escolas da rede pública de ensino em duas cidades diferentes: Condado e Malta, situadas no Sertão da Paraíba. As falas foram analisadas qualitativamente e comparadas para aos documentos oficiais para buscar estabelecer uma relação entre as orientações presentes nestes documentos e a realidade presente no dia a dia das pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Nas próximas seções serão apresentadas a fundamentação teórica, que apresenta, a partir das falas de diversos autores, o contexto histórico do processo de inclusão e suas faces atuais. Em seguida apresenta-se a metodologia que versa sobre os procedimentos e métodos para a coleta de informações que serão utilizadas para dar ênfase ao estudo. Logo após, encontram-se as considerações finais que abordam sobre as conclusões do estudo e suas limitações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando se trata de inclusão há de imediato uma associada à educação, claro que a mesma defende os direitos das pessoas com NE à uma educação de qualidade que respeite suas individualidades e as ajude a potencializar habilidades e competências que contribuam para o seu desenvolvimento, porém a inclusão vai além do contexto educacional, como afirma Freire (2008), ao dizer que

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. (FREIRE, 2008, p.5)

Mas para chegar neste conceito de inclusão houve um longo processo durante toda a história da humanidade, Sassaki (1997) divide-o em quatro fases que foram: a exclusão, a segregação institucional, a integração e a inclusão.

Na fase da exclusão qualquer pessoa que nascesse com alguma deformidade no corpo, com uma deficiência visual, auditiva ou alguma deficiência intelectual era considerada como incapaz, em algumas culturas essas condições eram consideradas maldições.

Na Grécia Antiga, pessoas com necessidades especiais eram desprezadas pelo governo da época ao ponto de obrigarem os próprios pais a assassinar seus filhos após o nascimento, como relata Amaral (1995):

Sabe-se que as pessoas desviantes / diferentes / deficientes tinham, conforme o momento histórico e os valores vigentes, seu destino selado de forma inexorável: ora eram mortas, assim que percebidas como deficientes, ora eram simplesmente abandonadas à “sua sorte”, numa prática então eufemisticamente chamada de “exposição”. [...] O estado tinha o direito de não permitir cidadãos disformes ou monstruosos e, assim sendo, ordenava

ao pai que matasse o filho que nascesse nessas condições (AMARAL, 1995, p. 43).

Segundo Santiago (2009), na cultura egípcia acreditava-se que se uma criança nascesse com alguma deficiência era vista como um castigo divino, por algo que a pessoa tenha feito nas vidas passadas ou por coisas que ainda havia de fazer no futuro.

No contexto bíblico, especificamente no Antigo Testamento, pessoas com deficiências ou qualquer tipo de deformidade, ou apresentar alguma anomalia, eram excluídas e até mesmo proibidas de participar de ritos e ofertas, como é dito no livro de Levítico:

O Senhor disse a Moisés: “Dize a Aarão o seguinte: Homem algum de tua linhagem, por todas as gerações, que tenha algum defeito físico, oferecerá o pão de seu Deus. Desse modo, serão excluídos todos aqueles que tiverem uma deformidade: cegos, coxos, mutilados, pessoas de membros desproporcionais, ou tenha uma fratura no pé ou na mão, corcundas ou anões, os que tiverem uma mancha no olho, ou sarna, uma inflamação, ou os testículos esmagados. Homem algum da linhagem de Aarão, o sacerdote, que for deformado, oferecerá os sacrifícios consumidos pelo fogo. Sendo vítima de uma deformidade, não poderá apresentar-se para oferecer o pão de seu Deus. (LEVÍTICO, cap. 21, vers. 16 – 21)

No que se refere à segregação de pessoas com deficiência, Silva (2009) relata que nos tempos medievais surgiram as primeiras atitudes de caridade com relação aos deficientes, essa ação veio por meio de nobres e de algumas ordens religiosas que fizeram parte da fundação de hospícios e de albergues que acolhiam tais pessoas. Porém, perdurava a ideia de que os deficientes representavam uma ameaça para a sociedade, o que levou a reclusão de tais indivíduos e os expor às condições de abandono, miséria e profunda degradação.

Apesar de serem criadas instituições para acolher portadores de deficiências, as condições não favoreciam os direitos desses indivíduos, geralmente eram lugares precários afastados da sociedade onde os mesmos eram privados de ter uma comunitária.

Jiménez (1997) ao citar Garcia (1989) relata que no decorrer do século XIX e do início século XX, as pessoas com deficiências foram inseridas em instituições de cariz marcadamente assistencialista. A atmosfera social daquela época era propícia à criação de instituições cada vez maiores, que eram construídas distante das cidades, onde essas pessoas, eram distanciadas da família, permaneciam incomunicáveis e eram privadas de liberdade.

A segregação institucional era vista por Pessotti (1984, p.24) como “A opção intermediária é a segregação: não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença”.

A segregação, apesar de não aparentar, era mais uma forma de exclusão e abandono das pessoas com necessidades especiais, pois eram tratadas como um fardo para as famílias e em certos casos uma ameaça para o bem estar da sociedade, sendo assim mais cômodo colocá-los em instituições que a partir daquele momento seriam responsáveis por essas pessoas.

A institucionalização desses indivíduos criava uma séria exclusão social, privando as pessoas com deficiência do convívio com as demais pessoas tidas como normais. Com o passar do tempo surge a chamada integração social que, para Sassaki (1999), consiste no esforço de inserir pessoas com deficiência no convívio

social, contanto que elas estejam de alguma maneira habilitadas a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais existentes.

Ainda segundo o mesmo autor, a integração constitui-se em um esforço unilateral, que corresponde unicamente à pessoa com deficiência e seus aliados, ou seja, a integração pouco ou nada exige da sociedade. Para Mrech (1999), tornou-se uma prática comum de que o deficiente nunca poderia se adaptar aos moldes de normalidade que lhe eram impostos pela sociedade. A consequência deste processo no Paradigma da Integração é que ele responsabilizou os deficientes pelos próprios problemas que eles apresentavam.

De acordo com Walber e Silva (2006) as práticas de integração, vistas a partir da adaptação unilateral das pessoas com deficiência, estão associadas diretamente com a questão da educação, no Brasil e em outros países. Tornando-se uma das áreas mais pesquisadas no que se trata de atendimento a pessoas com deficiência.

[...] integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor (MANTOAN, 1997, p. 8).

Ou seja, sistema cascata exigia que o aluno se adaptasse a realidade do ambiente o qual seria inserido, seja ele o ensino regular ou em classes especiais, no qual o aluno era responsável pelo seu próprio desenvolvimento, assim se a pessoa com necessidades especiais não conseguisse desenvolver nenhuma habilidade por se só não poderia ter acesso a educação escolar.

Para Borges, Pereira e Aquino (2012) o sistema de cascata prevê ações segregativas que não estão de acordo com os objetivos da normalização. Na realidade, a criança permanece segregada na turma especial, havendo somente alguns momentos de “socialização” com os demais alunos ditos “normais”. A maneira como acontece a inserção depende unicamente do aluno, ou seja, de acordo com o seu nível de capacidade de adaptação às alternativas oferecidas pelo sistema educacional: nas escolas regulares, em sala comum ou em sala especial, e ainda em escolas ou em instituições especializadas.

Ainda de acordo com Borges, Pereira e Aquino (2012), com a educação inclusiva surgiu nos Estados Unidos no ano de 1975. Apresentando-se como uma reação contraditória às políticas integracionistas cujo o objetivo bem como a efetivação da sua prática acarretou muita discussão e polêmica. Trata-se de uma nova expressão que faz da integração uma obrigação de todos: a inclusão.

[...] Incluir não é nivelar e nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, invés de inibidas, são valorizadas. Portanto “aluno-padrão” não existe. Cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é (SANTOS, PAULINO. 2006. p. 12)

Sendo assim, se antigamente a integração proferia o discurso da igualdade abstrata no que se refere a todos os homens, alegando que todos são iguais, agora, o princípio da inclusão declara que todos nós somos diferentes, e por essa razão, todos devem permanecer juntos. Dessa maneira, todos são igualados agora, pela diferença. “Assim, somos agora igualados pela diferença e pela desigualdade, pois, o que temos de comum ou de igual é a evidente constatação de que todos nós somos diferentes.” (BORGES, PEREIRA E AQUINO, 2012, p.6).

De acordo com Mendonça (2015), uma pessoa que sofre de alguma incapacidade seja ela intelectual ou física, as suas necessidades podem não ser atendidas pelo sistema educacional tradicionalista. É neste contexto que se insere o conceito de educação especial, que, de acordo com o próprio nome, apresenta características diferenciadas.

A educação especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos com deficiências no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. (MENDONÇA, 2015, p.2)

A educação especial teve seu início no século XVI, quando pessoas com surdez tiveram acesso a aulas especializadas. Com o tempo, a educação especial acabou se tornando institucionalizada e especializando-se em diversos tipos de atendimentos a pessoas deficientes (MENDONÇA, 2015). No Brasil, a educação especial teve início através de instituições privadas de caráter filantrópico, por iniciativa de familiares de pessoas com deficiências. A primeira instituição particular especializada na área de pessoas com deficiências físicas surgiu no ano de 1600 no período Colonial (MENDES, 2006).

A Educação Especial que, por vários anos, foi considerada como um sistema paralelo de ensino, tem redirecionado o seu papel, antes limitado apenas ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para tornar-se um suporte à escola regular no atendimento desses alunos (SASSAKI, 1997).

Fundamentada nos marcos legais e princípios pedagógicos, da igualdade de condições de acesso à participação em um sistema educacional inclusivo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define a Educação Especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular. (MEC, 2010)

A educação especial deixa de ser uma forma de ensino paralela ao ensino regular para fazer parte da escola comum, trazendo os alunos, que antes eram de escolas exclusivamente destinadas as pessoas com necessidades especiais, para conviver em um ambiente diversificado sem deixar de atender suas necessidades e para atender alunos que eram integrados em classes de ensino comum sem receber uma educação adequada as suas especificidades.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, estabelecem que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

Segundo o MEC (2010) o público-alvo do AEE são os educandos com alguma condição física que prejudique a sua participação efetiva no ambiente escolar e social, seja ela, motora, intelectual, sensorial ou mental. Assim, como alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), como alunos com autismo, psicose infantil, síndrome de Asperger, que apresentam algumas alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, nas interações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Além, de oferecer o atendimento a crianças e adolescentes com altas habilidades ou superdotação, que possui um potencial intelectual elevado e um enorme envolvimento com os campos do desenvolvimento humano, sejam isolados ou conjuntos: intelectual, acadêmico, liderança, psicomotora e criatividade.

Sendo assim, a educação especial não vem substituir o ensino normal, mas vem a ser um recurso de auxílio e complemento para o desenvolvimento dos educandos que, além de ajudá-los nesse processo de crescimento, contribui para o aprimoramento das práticas pedagógicas dos educadores, para que dentro do ambiente escolar aconteça de forma plena e efetiva a inclusão.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

No tocante ao objetivo, esta é uma pesquisa descritiva e exploratória, pois descreve as circunstâncias e fatos de determinada realidade (TRIVINOS, 1987) se preocupando em uma maior familiaridade com as circunstâncias e fenômenos do problema, no caso específico, uma entrevista com os profissionais da sala do atendimento especializado, que são pessoas que têm mais experiências práticas com a problemática. (GIL, 2007)

Foi realizada inicialmente uma revisão bibliográfica “que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, P. 32), trata-se de um tipo de pesquisa que dar muito valor ao estudo além de nortear o pesquisador no decorrer do trabalho (LIMA, 1997).

A segunda etapa do presente estudo realizou-se como pesquisa de campo que, segundo Vergara (1998, p.45), “é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”. Os dados para esta pesquisa foram coletados no ambiente escolar onde estão localizadas as Salas de Recursos Multifuncionais nas quais acontece o Atendimento Educacional Especializado- AEE, nos municípios de Malta-PB e Condado-PB em escolas regulares da rede municipal de ensino.

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa de análise dos dados obtidos. Esse tipo de abordagem, para Gerhardt e Silveira (2009), tem uma preocupação maior com o conhecimento de um grupo social, uma instituição ou uma organização do que a sua representação numérica, no qual os dados serão analisados de uma forma que se possa compreender a realidade escolar na perspectiva da inclusão e educação especial.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas com um funcionário de cada instituição, no município de Malta-PB e em Condado-PB, onde se obteve os dados por meio de uma sequência de perguntas previamente estabelecidas para que as mesmas informações fossem coletadas em ambas as escolas, e por meio de anotações durante o decorrer das entrevistas. As entrevistas foram realizadas no dia 20 de novembro de 2019, com uma professora do atendimento educacional especializado da escola do município de Malta-PB, doutoranda em educação e com

uma professora do atendimento educacional especializado da escola de Condado-PB, pedagoga e especializada no atendimento educacional especializado. De acordo Ludke e André (1986) a entrevista é uma técnica que permite de imediato a captação da informação esperada, por qualquer tipo de informante e sobre diversos tópicos, pois a mesma ganha vida quando se inicia o diálogo entre entrevistado e entrevistador.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a coleta de informações da vivência prática nas salas multifuncionais foi realizada uma entrevista com duas profissionais que atuam diretamente neste setor, as mesmas com a função de auxiliar na oferta do Atendimento Educacional especializado em suas escolas de ensino regular que se localizam em cidades diferentes.

Para preservar a identidade das duas profissionais serão utilizadas letras para identificar e diferenciar as falas de cada uma. A entrevistada da cidade de Malta será identificada pela letra **X** e a outra da cidade de Condado será identificada pela letra **Z**.

Com base no Art. 4º da Lei de diretrizes e bases da educação nacional é a obrigação do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia do atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com deficiência, transtorno os globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, de preferência na rede regular de ensino.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 no seu art. 10º esclarece que a escola de ensino regular, em seu Projeto Político Pedagógico - PPP, deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE, com a seguinte organização:

- “I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III - Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V - Professores para o exercício do AEE;
- VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.” (CNE/CEB, 2009. p 2)

Para o desenvolvimento das ações com o público que recebe o Atendimento Educacional Especializado, na sala de recurso multifuncionais, é necessária uma formação condizente com a atuação. A professora X é doutoranda em educação e relatou ser a única profissional a atuar na sala. Já a professora Z é graduada em Geografia com especialização em Geopolítica e também é Pedagoga com

especialização em Atendimento Educacional Especializado, disse ainda que atua com o apoio de outra profissional que possui a mesma especialização em Atendimento Educacional Especializado.

De acordo com o MEC (2006), o professor responsável pela Sala de Recursos Multifuncionais “deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos”. A formação do docente deve desenvolver conhecimentos relacionados à comunicação aumentativa e alternativa, ao Sistema Braille para deficientes visuais, a orientação e mobilidade, ao soroban, ao ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS para os alunos com deficiência auditiva, ensino de Língua Portuguesa para surdos como segunda língua, atividades de vida diária, atividades cognitivas, aprofundamento e enriquecimento curricular, estimulação precoce, entre outros.

A partir de uma relação feita entre os dois últimos parágrafos acima é impossível esperar que um único professor, diante de uma demanda alta, consiga atender todas as especificidades e necessidades individuais de cada aluno com necessidades educacionais especiais em uma escola. Como o MEC orienta, são necessários diversos conhecimentos para que se consiga ofertar um atendimento eficaz para os alunos com deficiência.

Na escola da professora X estão matriculados 520 alunos, dentre os quais 38 possuem matrícula na sala de atendimento multifuncional. Os laudos são os mais variados, dentre eles são encontrados alunos com deficiência mental/intelectual, com baixa visão, com deficiência física, com transtornos globais do desenvolvimento, isolamento social, com dislexia, depressão infantil, com déficit de aprendizagem, com retardo mental e esquizofrenia.

A escola onde atua a professora Z conta com matrícula de 943 alunos, 25 matriculados no Atendimento Educacional Especializado. Os diagnósticos desses alunos são de deficiência mental/intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física, transtornos globais do desenvolvimento, síndrome de down e dislexia.

Embora na escola da professora Z esteja matriculada uma criança com deficiência auditiva não há o profissional tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS, necessário para auxiliar esse aluno no seu processo de comunicação e interação com o meio em que se socializa.

É necessário realizar o Plano Individual de cada aluno com deficiência no qual deve constar o seu diagnóstico, suas necessidades educacionais e quais os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades. A professora X relatou que esse Plano “*É feito no início do ano de acordo com as modalidades e especialidades dos atendidos e acontece o planejamento quinzenal*” e a professora Z declarou que “*O plano é elaborado individualmente de acordo com a deficiência de cada educando dentro de suas possibilidades, realizado bimestralmente*”.

Machado (2011), em entrevista à Revista Inclusão da Secretaria de Educação Especial/MEC, declara que a categoria unificada a partir o rótulo de deficiência faz com que se pense que todas as crianças diagnosticadas com a mesma deficiência tenham necessariamente as mesmas necessidades ou que vivem a deficiência da mesma maneira. “Uma criança não se define e não se constitui por um único atributo: a deficiência”. Isso justifica a necessidade de construção de Plano de trabalho com cada aluno que está devidamente matriculado na sala multifuncional, sendo o mesmo revisto com frequência.

Nas duas escolas o atendimento é ofertado no horário oposto ao das aulas regulares, porém as professoras afirmam que em alguns casos os alunos que apresentam irritação ou inquietude em sala de aulas são levados para a sala multifuncional mesmo em horário de aula regular, até que os mesmos “se acalmem”.

Segundo o decreto nº 7.611, DE 17 novembro de 2011 no seu Art. 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação dos familiares, para com isso garantir o acesso e plena participação dos estudantes, atendendo às necessidades específicas do público-alvo da educação especial, e sendo realizado em articulação com as demais políticas públicas. No seu Art. 3º o mesmo decreto esclarece que os objetivos do Atendimento Educacional Especializado são:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.” (BRASIL, 2011)

Embora as leis sejam claras e objetivas com relação ao atendimento dos alunos com deficiência, a realidade vivida e enfrentada pelos profissionais que atuam nas salas multifuncionais são bem distantes do que orientam os documentos oficiais, tal experiência pode ser observada na fala da professora X ao tratar sobre o diálogo entre os educadores das salas regulares e da sala de recursos a professora X aponta: *“O diálogo com os professores do ensino fundamental dos anos iniciais é sempre contínuo e produtivo, já que estes professores têm uma preocupação em participar contribuindo diretamente no desenvolvimento dos alunos, porém o diálogo com os professores do fundamental dos anos finais apresenta algumas dificuldades. Com alguns professores existe um bom diálogo, porém com outros professores há uma imparcialidade com a educação destes alunos que necessitam de uma atenção especial. É perceptível que esses professores que não tem diálogo, se dá pelo fato deles não terem um trabalho voltados para esses alunos”* já na escola da professora Z a metodologia de trabalho é mais estruturada *“Nos planejamentos, o educador da sala comum repassa os conteúdos trabalhados para que possamos trabalhar de formas diferentes o mesmo conteúdo”*.

Se não há um trabalho conjunto entre os professores da sala comum e sala de recursos multifuncional, o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais é afetado, pois o atendimento especializado educacional é um recurso que deve ser utilizado para o desenvolvimento de habilidades que ajudarão o aluno dentro da sala de aula comum, por esse motivo é importante que os professores tenham consciência de que o atendimento é apenas um auxílio e não um substituto para o ensino regular.

Segundo Machado (2011, p. 7) *“A escola regular quando compreende a educação especial, em sua nova perspectiva, a contempla em seu projeto político pedagógico e reconhece a sala de recursos multifuncionais como um espaço que faz parte do contexto escolar.”* A partir da fala da autora e do relato da professora X, exposto anteriormente, é visível a distorção entre teoria e realidade. O descaso relatado pela professora X em relação a alguns docentes do fundamental II para com os alunos com deficiência é alarmante e preocupante. Na resolução nº 4/2009 em

seu Art. 13º estabelece que é dever do Professor do Atendimento Educacional Especializado:

“VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.” (BRASIL, 2009)

Para que a articulação entre professores das salas regulares de ensino e da sala multifuncional ocorra com êxito é necessário que ambas as partes estejam dispostas a colaborar no processo de inclusão dos alunos com deficiências, caso contrário haverá uma falha no processo de ensino e aprendizagem do alunado.

Quando perguntadas sobre a diferença entre o que é repassado aos alunos com deficiência na sala regular e na sala multifuncional as respostas foram as seguintes: professora X afirma que *“No atendimento educacional especializado é trabalhado o psicológico da criança com material concreto, jogos lúdicos, músicas, passeios, questões de cidadania e a socialização”*; e a professora Z também esclarece que *“No trabalho do educador na sala comum às atividades são realizadas da mesma forma que os demais educandos, sendo acompanhados por um cuidador. Na sala do atendimento educacional especializado são feitas com materiais concretos manipulativos, contação de histórias, confecção de brinquedos, jogos lúdicos e informática”*.

A fala das professoras X e Z se fundamentam quando comparadas as orientações do MEC (2006) que apresenta uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos que podem ser usados para o trabalho na sala de recursos multifuncionais, entre eles estão:

- jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento. [...]
- jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor; [...]
- livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, em Braille, digitais em Libras, com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes à atividade proposta pelo professor; livros de histórias virtuais, livros falados, livros de histórias adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingüe: Libras/ Português/ Inglês e outros;
- recursos específicos como reglete, punção, soroban, guia de assinatura, material para desenho adaptado, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta ponta porosa, engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livro (plano inclinado), tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniaturas [...];
- mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não descolamento das cadeiras.” (MEC, 2006. p. 20)

No decorrer da entrevista a professora X fez um relato dos desafios enfrentados por ela durante sua atuação na sala onde é ofertado o atendimento educacional especializado, expor inúmeras dificuldades, porém as que mais se destacaram foram, a falta de colaboração dos pais no acompanhamento do desenvolvimento educacional dos seus filhos, a escassez de profissionais habilitados e disponíveis para o trabalho na sala multifuncional, pois a demanda é

consideravelmente alta para ser atendida por um único profissional. Ela ainda relatou que outro desafio seria a falta de atenção de alguns professores do ensino fundamental nos anos finais com relação aos alunos com deficiência.

Para Bauch (2014) O processo de inclusão da criança com necessidades educativas especiais não depende unicamente do professor, mas da colaboração conjunta de outros educadores, família, equipe pedagógica, entre outros.

Concluiu-se, que embora as professoras se esforcem para atender a demanda de alunos com necessidades especiais, de acordo com o que rege as leis, se esforçando ao máximo para ofertar um atendimento especializado educacional que seja eficaz e que contribui para o crescimento acadêmico e social desse alunado, dentro dos recursos que são disponibilizados para esse atendimento, ainda há inúmeros desafios a serem enfrentados para que haja uma verdadeira inclusão.

5 CONCLUSÃO

Durante a realização deste estudo muitas observações e constatações foram feitas com relação à inclusão educacional de pessoas com deficiência no contexto educacional. São fatos relevantes e de grande importância para a Educação Brasileira, com avanços e melhorias consideráveis.

Mas, ao confrontar teoria e prática, é possível encontrar contrastes e desafios para que uma seja próxima da outra, desse modo, este estudo apresenta a conclusão de que quando se trata de educação inclusiva ainda a muito o que se aprimorar. São encontrados desafios que vão desde a formação dos docentes para compreender e atuar como auxiliares no processo de ensino e aprendizagem de educandos com deficiência, além de ser nítida a escassez de profissionais que atuam nas salas multifuncionais e o distanciamento das famílias da vivência escolar de seus filhos. Todos esses fatores são fundamentais para se obter a meta da inclusão educacional efetiva tão almejada e debatida por tantos estudiosos.

De acordo com o MEC (2005), a inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que gere uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convidando-os à construção diária de uma sociedade que ofertam diversas oportunidades a toda sua população e possibilidades criativas a todas as suas diferenças.

Este trabalho mostra como a inclusão ainda é presente nas escolas, apesar de leis e decretos que exigem e asseguram a inclusão educacional. Isso mostra que ainda há muito o que fazer, no que se trata de formação de professores, na capacitação dos que já são atuantes e na conscientização dos seus deveres em quanto educadores, no envolvimento das famílias e da sociedade em um contexto geral para que se possa ter uma educação igualitária que proporcional oportunidades iguais apesar das diferenças.

Para próximas pesquisas seria de suma relevância um estudo mais direcionado às diferentes necessidades educacionais dos educandos com deficiência e a importância do Plano individual de cada aluno atendido nas salas multifuncionais elaborado de forma a estabelecer metas e traçar caminhos para que cada educando alcance seus objetivos educacionais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência: na companhia de Hércules**. São Paulo: Robe, 1995.

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado** / elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. p. 36. Disponível em: http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2006.pdf. Acesso em: 21 novembro 2019.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada Ave-Maria**, ed. 202. São Paulo: Editora Ave Maria, 1959, (impressão 2013). p. 1710.

BORGES, M. C.; PEREIRA, H. O. S.; AQUINO, O. F. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. **Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação ISSN: 1681-5653 n.º 59/3 – 15/07/12**. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1376>. Acesso em: 04 novembro 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. 2010. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 08 novembro 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 08 de novembro 2019.

BAUCH, K. B. **Recursos para a promoção da inclusão na escola. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_edespecial_artigo_katia_belasque_bauch.pdf. Acesso em: 21 novembro 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**. V. XVI, n. 1, p. 5 – 20, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 23 outubro 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20 novembro 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018 revela crescimento de 18% nas matrículas em tempo integral no ensino médio.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/censo-escolar-2018-revela-crescimento-de-18-nas-matriculas-em-tempo-integral-no-ensino-medio/21206. Acesso em: 22 novembro 2019.

JIMÉNEZ, R. B. (1997). **Uma Escola para Todos: A Integração Escolar.** In Bautista (org) *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 21 novembro 2019.

LIMA, M. C. **A Engenharia da Produção Acadêmica.** São Paulo: Unidas, 1997.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EP, 1986.

MACHADO, R. **Formação de Professores.** Inclusão: R. Educ. Esp., Brasília, v.6, n. 1, p. 4-7, jan./jun. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12663-revista-inclusaopdf&category__slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 novembro 2019.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação Especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro: v. 11, n. 33, p. 387-405, set/dez. 2006.

MENDONÇA, A. A. S. **Educação especial e educação inclusiva: Dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo.** In: VIII Encontro de Pesquisa em Educação e III Congresso Internacional: Trabalho docente e processos educativos. Universidade de Uberaba. 2015. Disponível em: <https://www.uniuibe.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf>. Acesso em: 04 novembro 2019.

MRECH, L. M. (1999, maio). **Educação inclusiva: realidade ou utopia?** (p.12). Trabalho apresentado no evento do LIDE, Seminário educação inclusiva: realidade ou utopia? Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Pessotti, I. (1984). **Deficiência mental: da superstição à ciência.** (p.24-135). São Paulo: Edusp.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão em educação.** Editora Cortez: São Paulo. 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** (3.ed.). Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SANTIAGO, S. A. S. **Exclusão e Deficiência: Primeiras aproximações teóricas.** In. RICHARDSON, Roberto Jarry. *Exclusão, Inclusão e Diversidade.* João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2009.

SILVA, M. O. E. da. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Revista Lusófona de Educação.** n.13. Lisboa, 2009.

_____. Educação Inclusiva – um novo paradigma de Escola. **Revista Lusófona de Educação** no.19 Lisboa 2011. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000300008. Acesso em: 21 novembro 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo, 1987.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.* 2. ed. São Paulo. **ATLAS S.A.**, 1998. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/51815053/docslide.com.br_vergara-sylvia-constant-projetos-e-relatorios-de-pesquisa-em-administracao.pdf. Acesso em: 5 de Jun. de 2019

WALBER, V. B.; SILVA, R. N. **As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão?** *Estudos de Psicologia I Campinas I 23(1) I 29-37 I janeiro-março 2006.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>. Acesso em: 03 novembro 2019.

_____. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulo, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 21 novembro 2019.

APÊNDICE A – PERGUNTAS REFERENTES A ENTREVISTA REALIZADA PARA COLETA DE DADOS DO PRESENTE ESTUDO

Como é elaborado o Plano de Atendimento Educacional Especializado?

Em que período os educandos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

No total quantos educandos recebem o atendimento especializado educacional?

Quais os perfis dos educandos que recebem o atendimento na sala de recursos multifuncionais?

Quem é responsável por encaminhar o educando à sala de recursos multifuncionais?

Qual a diferença do atendimento fornecido pela sala de recursos multifuncional e o trabalho que é desenvolvido pelo educador na sala de aula comum nesta escola?

Quantos profissionais atuam na sala de recursos multifuncional? E qual a sua formação?

Qual tipo de formação você considera necessária para a atuação nas salas de recursos multifuncionais?

De que maneira acontece o diálogo entre o educador da sala de aula comum e o profissional da sala de recursos multifuncionais, para que ambos possam atender as necessidades do educando em comum?

Na sua opinião, enquanto profissional da área, como você avalia a importância do seu trabalho no processo de ensino para com os educandos com deficiência?

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por tudo que tenho e sou. A Virgem Maria, a quem tanto recorri em vários momentos difíceis da minha vida e nunca fui desamparada. E ao meu Anjo da Guarda que sempre me protege e me ilumina, mostrando os caminhos e a vontade de Deus para minha vida.

Aos meus pais Zuleide e Rafael, que sempre fizeram de tudo por mim e por meus irmãos.

Aos meus amigos e colegas, que contribuíram de forma direta ou indireta, tanto no meu crescimento pessoal como acadêmico.

Por fim, agradeço a todos os meus professores, em especial a minha orientadora Carol Coeli pela paciência e dedicação para comigo.